



Mais uma vez, o CEBES, em parceria com o CONASEMS, vem falar de Paz. E aborda a Paz não somente como um caminho para a solução de grandes conflitos entre países que requerem longas e complexas negociações e acordos internacionais. Observe o recente conflito em Lhasa, capital do Tibet, com manifestações pacíficas que tomaram as ruas pela independência daquele país e foram violentamente reprimidas pelo governo chinês. São cinquenta anos de dominação que não apagaram o desejo de liberdade e autonomia do povo tibetano. Não se trata somente da Paz como escolha individual antiviolença, de postura ética de convivência com o outro. Mesmo aqui no Brasil, onde somos reconhecidos como um povo solidário nas relações cotidianas, temos convivido com o aumento dos registros de agressões gratuitas, como a ocorrida no Rio de Janeiro com uma empregada doméstica violentamente espancada por um grupo de jovens de classe média.

Essas são abordagens fundamentais. Mas o CEBES também quer falar da Paz como opção política, como fio condutor da organização social e da prática política concreta, seja ela dos estados e governos, ou das organizações da sociedade civil. Isso implica reconhecer que a Paz demanda o enfrentamento do conflito; e que ele seja público e partilhado pelos diversos sujeitos e atores, no sentido de expor as diferenças, reconhecer as disputas e criar espaços de debate, para se chegar a um consenso; caso isso não seja possível, que, ao menos, as diferenças sejam respeitadas como legítimas. Tal quadro se reflete na condução das políticas governamentais e de saúde, desde a sua concepção e decisão até a aplicação técnica por profissionais e gestores. Daí pensarmos na Paz como construção democrática. O CEBES vem realizando vários debates para a atualização da agenda

da Reforma Sanitária Brasileira. Queremos debater, com outros atores sociais e o governo, como a saúde, que alcançou tantas conquistas nesses últimos vinte anos, pode fazer mais; como podemos evitar o “intolerável na saúde” – filas desnecessárias, discriminação nos serviços, mães sem local definido de parto, mortes de crianças por dengue, falta de medicamentos fundamentais e tantas outras mazelas de nosso SUS. Queremos também avançar na discussão da participação e do controle social, para que esses mecanismos possam de fato contribuir para a criação e a condução de políticas solidárias e venham a ser reconhecidos e estimulados pelos governos locais, e não tratados como apêndices das prefeituras. E, para isso, é necessário discutir a prática política desses mecanismos, sem receio de enfrentar o debate sobre seu uso como instrumento de ascensão de alguns. Queremos discutir o que hoje significa “direito à saúde”, para além do direito de contar com serviços de atenção médica; como construir bases sólidas de financiamento; como avançar nas políticas de combate à pobreza; como, enfim, fazer da saúde instrumento e parte do desenvolvimento humano para todos os brasileiros. A Paz, nesse sentido, não é apenas o oposto da violência; é a construção de uma sociedade igualitária e democrática nos lugares de que dispomos. Hoje e agora.

*Não é o caminho para a Paz. A Paz é o caminho.*

*Mahatma Gandhi*

A DIRETORIA NACIONAL